

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Grupo de Trabalho – Lei das Finanças Locais

---

**SÍNTESE 1/XIII/3.<sup>a</sup> SL**

Aos dez dias do mês de julho de 2018, pelas 09:15 horas, reuniu o Grupo de Trabalho – Formulários Digitais da AT –, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados João Paulo Correia (PS) – Coordenador do GT LFL -, António Costa Silva (PSD), Santinho Pacheco (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paula Santos (PCP), tendo como Ordem do Dia:

**ORDEM DO DIA**

**09.15**

Definição da metodologia dos trabalhos.

**09.30**

Audição com a Associação Nacional de Assembleias Municipais

O Coordenador do GT LFL, Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), deu início à reunião, propondo alterar o prazo para apresentação de propostas de alterações para o dia 16 de julho, às 13 horas, para efetuar votações indiciárias no dia 17 de julho, de manhã, e ratifica-las na reunião da COFMA que se seguirá.

Enquanto Deputado do PS, sugeriu também dispensar a audição pública proposta pelo PCP, considerando garantida a audição dos municípios e das freguesias através da audição da ANMP e da ANAFRE.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) não considera a sua proposta prejudicada mas antes complementar e enriquecedora para o processo. Defendeu que a legislação é complexa e que não se pode realizar um trabalho sério e responsável neste prazo, recordando que há iniciativas menos relevantes com prazos de discussão mais alargados. Acrescentou que este prazo impede que a Assembleia da República cumpra o seu papel e que este órgão de soberania não existe para assinar de cruz. Sustentou que se o objetivo é reforçar o poder local democrático é necessário tempo para analisar a proposta. Recordou que o processo de reposição das freguesias foi sujeito a uma audição pública similar e reiterou que o PCP está contra este calendário.

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) notou que há muito que existe um GT que acompanha o processo de descentralização, na 11.<sup>a</sup> Comissão, que efetuou dezenas de audições com muitas propostas discutidas. Considerou fundamental que este processo fique concluído em breve e declarou que se tem procurado o máximo de consenso. Afirmou que o calendário proposto é razoável e aceitável. Defendeu que não há necessidade da audição e propôs avançar com o processo com a eficácia que merece.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) manifestou discordância relativamente ao decurso deste processo e afirmou que não é garantido que a Assembleia da República faça o

## Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

### Grupo de Trabalho – Lei das Finanças Locais

---

seu trabalho. Questionou o motivo pelo qual esta discussão não está a ser realizada no GT a que se aludiu e sublinhou a importância de haver uma discussão sobre os meios financeiros, os recursos humanos, a gestão da propriedade do Estado. Declarou evidente que não é responsável efetuar este debate numa semana e que esta é uma formalidade de um acordo feito longe da Assembleia da República. Recordou que o Porto (município) declarou ponderar sair da ANMP por não se sentir representada.

A Senhora Deputada Paulo Santos (PCP) lembrou que a lei das finanças locais (LFL) tem implicações muito vastas e que não é matéria amplamente discutida e participada.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) referiu não colocar no mesmo nível a reforma das freguesias e esta, tendo aquela um impacto bem superior. Defendeu que a revisão da LFL é uma matéria que pode ser analisada globalmente, para alguns GP, mas que esta iniciativa é importante para os municípios e freguesias, que desejam que entre em vigor com o próximo Orçamento do Estado, que trará acréscimo de receita. Outra questão são as novas competências. Referiu que finalizar já este processo terá reflexos, já em 2019, para os municípios e as freguesias e que este é um debate que tem já vários meses.

Votada a dispensa da audição pública proposta pelo PCP e o calendário, a mesma foi aprovada, com os votos a favor de PSD e PS e os votos contra de CDS-PP e PCP, na ausência do BE.

De seguida, o Coordenador do GT deu a palavra aos representantes da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), para uma breve alocução inicial.

Intervieram, na primeira ronda, os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD), Santinho Pacheco (PS). Interveio, na segunda ronda, o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS).

O Coordenador do GT agradeceu, novamente, a presença da ANAM e os agradecimentos prestados.

Não tendo sido suscitados outros assuntos, a reunião foi encerrada pelas 10:55 horas, dela se tendo lavrado a presente síntese.

A audição está disponível na [página da audição](#).

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2018